

O Congresso não toma juízo

Está armado mais um assalto aos cofres públicos, que pode comprometer o esforço que a equipe do ministro Rubens Ricúpero vem fazendo para fechar o Orçamento da União para este ano sem déficit ou com um déficit muito pequeno e assegurar que a queda da inflação que a troca do cruzeiro real pelo real produziu não será revertida com a volta da corrida dos preços.

Os sindicatos dos funcionários da Câmara e do Senado e dos servidores do Poder Judiciário em Brasília estão se articulando para conseguir um aumento salarial idêntico ao que o governo concedeu, a partir de setembro, em várias parcelas, aos servidores civis e militares da União. Como são os próprios dirigentes do Legislativo e do Judiciário, dentro da autonomia financeira que os dois poderes receberam na Constituição de 1988, que decidem essas questões, e como os aumentos dados aos servidores beneficiam também deputados, senadores e ministros dos tribunais, é mais do que certo que, de uma forma ou de outra, essas reivindicações acabarão sendo atendidas. Experiências anteriores demonstram isso.

Os funcionários do Judiciário, para dar uma aparência "legal" ao absurdo que pleiteiam, cogitam, como já anunciou o presidente de seu sindicato, de entrar na Justiça pedindo a extensão a eles do aumento concedido ao Executivo, alegando o princípio constitucional da isonomia. E o deputado Inocêncio Oliveira, presidente da Câmara, está anunciando que pretende aumento de pelo menos 100% dos salários de todos os empregados da Casa, naturalmente extensivo aos deputados, com a desculpa de que os salários do Legislativo nunca foram tão baixos quanto agora.

Os dois argumentos são falaciosos. Os servidores civis e militares da União não tiveram um **aumento** salarial, mas sim um **reajuste**, em obediência ao princípio da isonomia, para equipará-los aos servidores da Câmara, do Senado e do Judiciário. E o aumento concedido ainda não produziu a equiparação total, mas apenas reduziu a diferença entre os salários de uns e de outros. Os funcionários do Legislativo e do Judiciário ganham o dobro e, em alguns casos, até o triplo do que ganham os funcionários civis e militares da União em funções idênticas.

Na semana passada o **Estado** e o **Jornal da Tarde** publicaram uma reportagem com um pequeno exemplo dessa disparidade: os salários da diplomacia brasileira, uma carreira altamente qualificada, respeitada em todo o mundo pela sua competência profissional, são vexaminatórios. Um diplomata com função de embaixador, no topo da carreira, quando lotado em Brasília, recebe apenas R\$ 1.500,00 por mês, que é menos do que recebe o motorista de um senador. E em outras áreas da burocracia da União, inclusive nas militares, não é diferente.

Será um escárnio se o Legislativo e o Judiciário concederem os aumentos reivindicados. Esses dois poderes têm — e devem ter mesmo — autonomia financeira para tomar qualquer decisão, como forma de garantir a sua independência. Mas não podem se esquecer de duas coisas: o dinheiro para o pagamento vem do mesmo cofre — o do Tesouro Nacional —, que anda literalmente vazio; e Legislativo e Judiciário são também órgãos do Estado brasileiro e tanto quanto o Executivo têm responsabilidades na condução dos negócios públicos, a começar pela preservação da saúde das finanças públicas.